



2 **Secretaria de Estado da Justiça, Família e Trabalho - SEJUF**  
3 **Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do**  
4 **Adolescente - CEDCA/PR**  
5 **REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA**  
6 **30 de março de 2022.**

7 No trigésimo dia do mês de março de 2022, em 1ª chamada (início às  
8 08h30), o Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente - CEDCA/PR se reuniu na sala de reuniões do 5º B, do Palácio das  
9 Araucárias, sito à rua Jacy Loureiro de Campos, s/nº, Bairro Centro  
10 Cívico, em Curitiba - Paraná, através de *link* do meet, [https://meet.-](https://meet.google.com/agp-bqzs-vea)  
11 [google.com/agp-bqzs-vea](https://meet.google.com/agp-bqzs-vea), conforme os protocolos de segurança pela  
12 OMS instituídos em decorrência à COVID-19, com a **participação**  
13 **dos seguintes conselheiros (as): Presença dos conselheiros da**  
14 **SC: Vice-presidente:** Adriano Roberto dos Santos (Cavanis), Rodri-  
15 go Silva Bonfim (HPP - presente no período da tarde), Marcelo Souza  
16 (Acridas), Maíra Tavares e Lucilene Regina (AFECE), Débora Cristina  
17 dos Reis (APC), Amanda Querino dos Santos (APAE), Renann Ferreira  
18 (Guarda Mirim), Tiene Milca de Almeida (Canaã), Alexandra Alves  
19 José (Murialdo), João Marcos Palmeira (AAMEC), Ires Damian (Ledi  
20 Mass) e Maria Tereza Chaves (Apofilab). **Presença dos conselhei-**  
21 **ros governamentais: Presidente** - Ângela Mendonça  
22 (SEJUF/DPCA); Antônio Carlos Dourado (SEED/Esporto); Amália Re-  
23 gina Donegá (SETI), Juliana Sabbag (SEJUF, DPCA), Christianne Lu-  
24 nardelli (SECC), Ângela Mercer - SEED); David Pancotti (SEJUF,  
25 DPCA), Silvio Renato Fernandes e Walmir dos Santos (suplente - SE-  
26 JUF/DET), Jéssica Luiz Dinarte (SESA), Jhonatan Bagnini (SEPL) e  
27 Eliete Aparecida Kovalhuk (SESP). **Apoios técnicos, convidados,**  
28 **colaboradores e assessores:** Margaret Matos de Carvalho  
29 (MPT/PR), Delvana Lucia de Oliveira (SEED), Ticyana Begnini (DAS),  
30



31Equipe técnica do DPCA (Denise, Salete, Carmen Zadra), Bruna Sa-  
32raiva (OAB/PR); Arlette Kubota (TJ), Lethicia Gaigarj (DPE), SEC, Ju-  
33liana Muller. **Abertura:** A mesa diretora deu boas-vindas. **Aprova-**  
34**ção da pauta: Inclusão de pauta:** Alteração do Plano de Trabalho  
35do Hospital Pequeno Príncipe do projeto: Pelo Direito à Vida III. **Pau-**  
36**ta aprovada. 1. Apresentação: Procuradora-Chefe da Procura-**  
37**doria Regional do Trabalho da 9ª Região, Margaret Matos de**  
38**Carvalho** - *Minuta do Acordo de Cooperação Interinstitucional para*  
39*promover o acesso de adolescentes e jovens em condição de vulnera-*  
40*bilidade e em situação de risco, a programas de aprendizagem.* A  
41Dra. Margareth iniciou a fala ressaltando sua felicidade quanto à  
42presença da Ângela como presidente do CEDCA/PR, devido sua com-  
43petência e dedicação a causa. Explicou que a proposta enviada ao  
44conjunto de entidades e instituições tem com base um documento  
45trabalhado no Estado de Minas Gerais, que também está em proces-  
46so de conclusão. Sendo que o Acordo de Cooperação tem como obje-  
47tivo promover de fato a inclusão de adolescentes e jovens em condi-  
48ção de vulnerabilidade e em situação de risco, a programas de apren-  
49dizagem. Ressaltou que chegou o momento de fazer isso de forma  
50mais ampla e organizada com a participação de todos os envolvidos  
51que tenham experiência, pois, embora esteja na legislação essa prio-  
52ridade, nem sempre ela é contemplada. Elencou os órgãos que assi-  
53naram o Acordo (SRTB-PR, SEJUF, SEED, FAZ, MPTPR, TJ/PR, CED-  
54CA, SENAI, SENAC, TRT/PR, ressaltando que embora a proposta seja  
55Estadual, a FAS do município de Curitiba entrou por que mostrou in-  
56teresse em participar e já fazia parte do acordo anterior. Sendo que a  
57partir da assinatura do documento e com o avanço das atividades,  
58qualquer outro município que queira participar poderá ingressar  
59conforme avaliação do grupo de trabalho. Dra. Margareth enalteceu  
60sua preocupação quanto ao possível retrocesso à aprendizagem pro-  
61fissional, onde a partir da discussão de uma medida provisória, ob-



62servou-se a intenção de que o Ensino Médio substitua as entidades  
63formadoras. O MPT estará enfrentando essa situação para que não  
64haja o retrocesso. Fato este que pode influenciar a elaboração do  
65Acordo Interinstitucional que está sendo organizado com base na le-  
66gislação vigente que poderá ser alterada a qualquer momento. Conti-  
67nuando, a procuradora agradeceu a contribuição da Dra. Luciana Li-  
68nero na organização do documento e se colocou a disposição para es-  
69clarecimentos. Com relação a personalidade jurídica do CEDCA e do  
70Fórum de Aprendizagem, Margareth falou que assessoria jurídica do  
71MPT fez uma pesquisa e verificou que existem acordos de outros Es-  
72tados com a anuência desses órgãos. Onde, foi recebido a contribui-  
73ção do Fórum de Aprendizagem no dia 29/03 contendo alguns dados  
74que precisam ser esclarecidos, tais como, a preocupação quanto a  
75disponibilidade de vagas em cada entidade formadora em relação a  
76esse público de aprendiz em condição de vulnerabilidade. Nesse sen-  
77timento, conforme a Lei de Aprendiz de 2020 (traz a regulamentação  
78das entidades sem fins lucrativos), haviam nessa época muitas entida-  
79des de Guarda Mirins que faziam o encaminhamento, com o passar  
80dos anos essa prioridade foi mitigada, com a empresa podendo esco-  
81lher. Assim, a procuradora ressaltou novamente que esse Acordo  
82“terá como objetivo maior colocar freios nessa situação”, com a ne-  
83cessidade de discutir as prioridades do público em vulnerabilida-  
84de. Ainda sobre essa questão, a Dra. Margareth falou da importância  
85do CEDCA contribuir na orientação aos CMDCA's para o cumprimen-  
86to da missão de fazer o registro e de fiscalizar as ações dos progra-  
87mas, no sentido do público alvo ser alcançado. Sobre a participação  
88do SENAI e do SENAC no Acordo, ela explicou que esses órgãos já  
89faziam parte do acordo de cooperação técnica que expirou, por isso,  
90também, há a necessidade da formalização de um novo documento.  
91Com relação ao ensino médio, a presidente Ângela informou que a  
92pauta está sendo apreciada pelo CEDCA, onde a SEJUF já fez uma



93reunião com a SEED, ressaltando a necessidade de colocar as insti-  
94tuições em rede em conexão aqui no PR, para que sejam adotadas es-  
95tratégias que outros Estados já estão fazendo, como por ex, compu-  
96tar as horas do curso de aprendizagem na carga horária, medida que  
97poderá garantir o retorno e permanência dos alunos na escola. “Esse  
98acordo envolve uma série de questões que pode fortalecer a pauta da  
99aprendizagem, que diante do panorama nacional tem sofrido instabi-  
100lidade. Toda estratégia de fortalecimento das entidades que defen-  
101dem a aprendizagem é válida, além da importância do apoio do  
102MPT/PR”, disse Ângela, abrindo a palavra para a SC se manifestar e  
103interagir com a Dra. Margareth. **O conselheiro Renann Ferreira**  
104**(Guarda Mirim)** falou das contribuições ao documento que foram  
105enviadas dentro do prazo do CEDCA, apontando algumas questões  
106que geraram dúvidas, tais como: o consenso da prioridade (direito  
107universal ou só da prioridade), definição do conceito da “situação de  
108vulnerabilidade”, pré-aprendizagem e financiamento. Disponibilizou  
109no chat o Link de acesso do Programa Descubra de Incentivo à  
110Aprendizagem de MG. Informando também, que o CEDCA já emitiu  
11102 resoluções nos anos anteriores orientando os CMDCAs sobre o re-  
112gistro e o acompanhamento dos programas de aprendizagem. Expon-  
113do em seguida as seguintes preocupações: ausência do Fórum de  
114Aprendizagem (mas agora eles entendem o motivo e a apresentação  
115das ponderações); ausência das organizações formadoras, e a pre-  
116sença apenas da FAS; definição da questão da vulnerabilidade (onde  
117se percebe necessário uma conversa com o CEAS e o com o DAS); a  
118falta de clareza quanto à questão de como se dará a adesão dos de-  
119mais municípios; as atribuições do Cedca; fluxos de destinação dos  
120adolescentes; responsabilidade da SEED quanto ao Ensino Médio,  
121capacitação operacional, interesse, etc. Diante dessas questões, o  
122conselheiro reforçou que a pauta precisa ser amadurecida, sugerindo  
123a aprovação do documento no 2º semestre com a estabilização des-



124sas discussões. **A conselheira Alexandra Alves José (EPESMEL)**  
 125frisou que está de acordo com a posição do conselheiro Renann, afir-  
 126mando que é uma angústia de todo os envolvidos a possibilidade do  
 127programa ser elitizado e que não tenha o devido alcance social.  
 128“Existem muitos equívocos com relação ao atendimento do público  
 129prioritário, esses termos são oriundos da Política de Assistência Soci-  
 130al, onde, se for para trabalhar com esse viés, que os requisitos sejam  
 131realmente aplicados de acordo com a legislação, principalmente no  
 132que diz respeito ao Cadúnico, que inclusive foi imposto ao Cartão Fu-  
 133turo”, disse Alexandra. Complementando ainda, a mesma falou “são  
 134várias situações que precisam ser consideradas, pois, o termo vulne-  
 135rabilidade é muito amplo, pode comportar muitas questões. E com  
 136relação a interiorização, sabe-se que em Londrina por exemplo, na  
 137foi tratado o assunto e as demandas são existentes”. A conselheira  
 138viu como positivo a manifestação do Fórum de aprendizagem, pois  
 139essas contribuições poderão servir de referência para o próprio CED-  
 140CA em futuras deliberações. **A conselheira Ângela Mercer (SEED)**  
 141informou sobre a existência de tratativas junto às diretorias da  
 142SEED, onde já foi enviada pelo colegiado uma solicitação de que o  
 143coordenador pedagógico participe da nova proposta do Ensino Mé-  
 144dio. Ressaltou que a SEED está passando por várias mudanças desde  
 145o momento da pandemia e os seus reflexos, e existem outras tratati-  
 146vas também para os profissionalizantes. “É preciso sentar com outros  
 147parceiros da SEED que envolvem o Acordo”, falou. Assim, Ângela  
 148anotou alguns contatos para que sejam articuladas junto aos direto-  
 149res as tratativas trazidas no documento, se colocando a disposição. **A**  
 150**presidente Ângela Mendonça (SEJUF)**, sugeriu trazer alguém do  
 151setor da estrutura e funcionamento, por que isso precisa ser regula-  
 152do como procedimento administrativo próprio. Esclarecendo as dúvi-  
 153das, a Dra. Margareth fez as seguintes considerações: com relação à  
 154participação do SENAI, SENAC e FAS, todos já participavam do anti-



155go acordo, por isso a demanda da renovação; ela é coordenadora re-  
156gional da Coordenadoria Nacional de Combate ao Trabalho Infantil,  
157assim, tem a responsabilidade de executar essa ação nacional no Pa-  
158raná, onde cada estado recebeu dessa Coordenadoria o nº de vagas  
159em aberto e a quantidade de empresas que não estão cumprindo a  
160integralidade da cota, portanto, cabe cada coordenação regional en-  
161caminhar recomendação a essas empresas; de acordo com pedido do  
162Fórum de Aprendizagem, e da SEJUF, é preciso realizar audiência  
163públicas com essas empresas para falar do Cartão Futuro. A procura-  
164dora ainda complementou falando da “necessidade de apresentar  
165junto a Coordenadoria Nacional os resultados da ação estadual de  
166aprendizagem do Paraná, na perspectiva de que essas vagas fossem  
167preenchidas pelo público prioritário, por isso a necessidade da finali-  
168zação do Acordo, para possibilitar a participação de mais entidades  
169formadoras, não apenas SENAI e SENAC”. Então, direcionando a  
170fala ao conselheiro Renann, falou que “infelizmente não dá para se-  
171gurar a aprovação do documento até todo mundo concordar com a  
172redação”. Sobre a peculiaridade do interior, explicou que presença  
173apenas da FAS não impede de que outros municípios integrem poste-  
174riormente o Acordo, de acordo com a análise do Comitê Gestor que  
175terá também a representação do CEDCA. “Nada será realizado sem a  
176concordância entre todos os partícipes, assim, não vamos esperar  
177mais tempo para definições que podem ser resolvidas depois no âm-  
178bito do comitê gestor”; “Se não, o PR nunca sairá da elaboração para  
179prática e o percentual é de menos 45% do cumprimento da cota de  
180aprendizagem, então há uma quantidade expressiva de vagas que  
181precisam ser preenchidas”, argumentou. A procuradora ainda ressal-  
182tou de que o MPT/PR não quer privilegiar nenhuma entidade e que a  
183intenção é sim privilegiar o público alvo de adolescentes em situação  
184de vulnerabilidade, de acordo com o Decreto 9579 e a Legislação tra-  
185balhista, podendo ser revista à ordem da prioridade e dizer quem



186tem mais prioridade. “Seria nesses termos, e aguarda a contribuição  
187do CEDCA, é importante que todos tenham a clareza, de que são os  
188adolescentes em condições de vulnerabilidade que tem prioridade, e  
189é nisso que será trabalho para fazer sentido”, finalizou. **O conselhei-**  
190**ro Rodrigo Bonfim (HPP)** agradeceu a presença e a preocupação  
191do MPT envolver o Cedca nas discussões. Ele reforçou que o conteú-  
192do trazido pela conselheira Alexandra e pelo Renann foram aprecia-  
193dos e considerados por toda a SC. O Fórum está fazendo algumas  
194movimentações importantes, mas existe a preocupação de que o re-  
195sultado não venha tão rápido quanto à urgência, explicou. O CEDCA  
196se esforçará para enviar as contribuições o quanto antes, mas, diante  
197da aprovação de um documento tão amplo, frisou a importância de  
198um documento complementar ser aprovada posteriormente. Com re-  
199lação a alguns detalhes do Acordo, a conselheira Alexandra falou que  
200é preciso dar mais ênfase as vinculações do sistema “S” que recebem  
201recurso de forma compulsória das empresas, pois, eles também têm  
202o compromisso de atender esse público. “A gente precisa dar visibili-  
203dade a documentos como estes para que haja um controle dos inte-  
204ressados quanto ao cumprimento”, disse Alexandra. Com relação ao  
205público alvo a reafirma necessidade de pensar em formas de controle  
206para que de fato esse público seja atendido e priorizado. A Dra. Mar-  
207gareth acolheu as contribuições, informando que todas as dúvidas se-  
208rão dirimidas no comitê gestor. A presidente Ângela apresentou a se-  
209guinte proposta de encaminhamento: solicitar ao Cedca urgência,  
210com a realização ou não de reuniões entre as câmaras, para que até  
211a reunião ordinária já tenha uma resposta quanto a contribuição no  
212documento. A respeito disso, o conselheiro Renann explicou que já  
213foi feito o primeiro esboço com algumas contribuições, sendo que ou-  
214tras questões precisarão ser aprofundadas, mas, propõe que até a  
215próxima reunião ordinária seja apresentado o estudo. A presidente  
216falou, então, que se for necessária às câmaras poderão se reunir. Se



217não, vai direto para a plenária de Abril. Onde, caso os conselheiros  
218se reúnam com o MPT, o Renann e a Alexandra ficarão como repre-  
219sentantes da SC e o Walmir da SEJUF/DET e um representante do  
220Dease participarão como Gov. **Encaminhamento aprovado.** A Dra.  
221Margaret agradeceu a participação e se colocou a disposição para  
222eventuais reuniões, deixando contato de e-mail e telefone. Em tempo,  
223o conselheiro Walmir dos Santos (DET/SEJUF) falou sobre o nº das  
224contratações das vagas que não são gratuitas e que o percentual de  
225indicados pelas empresas é muito alto, gerando concorrências dessas  
226vagas. A Dra. Maragareth informou que essas questões também de-  
227verão ser pensadas no comitê gestor. O Renann ressaltou que os  
228conselheiros do CEDCA precisam ter cuidado com o repasse de infor-  
229mação onde o Ministério do Trabalho e Previdência está insistindo  
230que os adolescentes que estão na aprendizagem são elitizados, pois,  
231eles estão considerando o encaminhamento de apenas uma pequena  
232porcentagem dos adolescentes que estão no Cadunico, assim, é pre-  
233ciso ter cuidado com os dados que estão sendo lançados. Por fim, a  
234presidente Ângela agradeceu a presença da Dra. Margareth, e aos  
235conselheiros Alexandra e Renann pelas contribuições e avanços nas  
236discussões, ressaltando a participação do CEDCA na construção des-  
237sa riqueza e legado conceitual. **2. Organização das propostas da**  
238**SC e GOV nas linhas de ações conforme os objetivos prioritá-**  
239**rios aprovados para 2023. (Del 05/2022): Reunião extraordiná-**  
240**ria da Câmara de Políticas realizada no dia 23/03 - Relato:**  
241**conselheiro Renann Ferreira. Observações:** *O representante da*  
242*SEPL, Thiago Angelis foi convidado, mas o mesmo não tinha agenda*  
243*para hoje. Solicitou o envio do material discutido para análise, colo-*  
244*cando-se à disposição para futuras participações. E a conselheira da*  
245*SESA, Jéssica Dinarte justificou ausência devido a sua participação*  
246*na organização de um evento da área da saúde que ocorrerá essa se-*  
247*mana. Pauta: 1.1 Planejamento dos Novos Editais e repasses*



248**Fundo a Fundo para 2022; Histórico:** *Parecer da câmara de Feve-*  
 249*reiro: Solicitar ao DPCA que traga as propostas amadurecidas e já*  
 250*devidamente respaldadas pelas diretrizes técnicas para uma oficina*  
 251*de elaboração dos parâmetros e critérios no coletivo. Realizar uma*  
 252*reserva de recurso para que se viabilize a eventual contratação de*  
 253*consultorias que farão parte do processo de elaboração do Edital. Si-*  
 254*tuação a ser analisada após a reunião extraordinária do dia*  
 255*11/03. Esta situação ainda está em discussão pelo Cedca, cuja reuni-*  
 256*ão extraordinária se estendeu até quarta-feira dia 16/03 à tarde, por-*  
 257*tanto só após esta data que a DPCA elaborará proposta para a reali-*  
 258*zação da oficina. Parecer da Câmara:* Agendar uma reunião extra-  
 259*ordinária da Câmara, dia 23 de março, 13hs, para mapeamento de*  
 260*pontos prioritários para destinação de recursos. Convidar o Thiago*  
 261*da SEPL. Apresentar esse mapeamento em uma reunião extraordiná-*  
 262*ria na semana entre 28 e 01 de abril. Parecer do CEDCA: Aprova-*  
 263*do parecer da câmara. A reunião será realizada no dia 30 de*  
 264*março, às 8h30. Relato:* A reunião se iniciou com a leitura do docu-  
 265*mento síntese da publicação da Fundação Abrinq "Cenário da Infân-*  
 266*cia e Adolescência no Brasil", disponível em [https://fadc.org.br/noti-](https://fadc.org.br/noticias/cenario-da-infancia-e-adolescencia-no-brasil-2022)*  
 267*cias/cenario-da-infancia-e-adolescencia-no-brasil-2022*. Isto porque o  
 268*coletivo entendeu que era preciso identificar os principais indicado-*  
 269*res sociais sobre crianças e adolescentes, como educação, mortalida-*  
 270*de e violência, para que assim fosse possível deliberar linhas de atua-*  
 271*ção com maior efetividade. Para ampliar a discussão, a Câmara ainda*  
 272*estudou o estabelecido na deliberação 58/2021, em paralelo a Delibe-*  
 273*ração 005/2022 e documento redigido ao longo da reunião extraordi-*  
 274*nária de 04 de março de 2022, onde há uma coluna com os pontos*  
 275*destacados como prioritários na discussão sobre as prioridades do*  
 276*OCA, como também ações do Plano Decenal que ainda não foram*  
 277*executadas na totalidade. Outro ponto de análise foi o documento en-*  
 278*caminhado pelo Tribunal de Justiça do Paraná, que trás levantamento*



279 de dados a respeito das crianças e adolescentes que ficaram órfãs  
 280 em virtude da pandemia de COVID. Esse dado foi extraído das certi-  
 281 dões de óbito expedidas até outubro de 2021, porém os cartórios  
 282 continuam trabalhando para que possamos receber dados mais atua-  
 283 lizados. Realizada introdução e contextualização, a partir de dados  
 284 que qualificam o debate, com destaque também aos retrocessos ocor-  
 285 ridos durante a Pandemia de SARS COVID-19, e realizada a leitura  
 286 dos objetivos norteadores da Política da Criança e do Adolescente já  
 287 sistematizados pelo CEDCA, passou-se a discussão da Deliberação  
 288 58/2021. Nesta, levantou-se o debate acerca do texto desta delibera-  
 289 ção, nos pontos onde não há linha específica ou tema de atuação,  
 290 logo faz-se na câmara algumas sugestões: Para o **Eixo 1**, sugeriu-se  
 291 como linha de atuação: 1. Hiatos e vazios assistenciais; 2. Diagnósti-  
 292 co precoce e acesso à rede de proteção/políticas públicas; 3. Preven-  
 293 ção e apoio ao tratamento saúde mental; 4. Casas de apoio para tra-  
 294 tamento fora do domicílio. Para o **Eixo 3**: Destaque ao fato de que ha-  
 295 verá retorno de 600 mil reais da mesma linha no Edital Geral, a sa-  
 296 ber: Apoio a programas, projetos e serviços de fortalecimento ao  
 297 “Apadrinhamento Afetivo” e preparo de Crianças, adolescentes e fa-  
 298 mílias, para adoção. Para o **Eixo 4**: Destaque para a previsão Gover-  
 299 namental de somar as linhas de Evasão Escolar, Direito ao Brincar e  
 300 material esportivo, para uma proposta de repasse Fundo a Fundo aos  
 301 municípios. Ainda, necessidade de estabelecermos propostas para a  
 302 linha de medidas socioeducativas. Por fim a reserva de 5 milhões  
 303 para ações em contraturno escolar em um possível novo edital. Para  
 304 o **Eixo 5**: Destaque para a necessidade de se estabelecer uma linha  
 305 para ações de preparação para o mundo do trabalho, qualificação  
 306 profissional e aprendizagem, com um Estudo sobre aporte de recur-  
 307 so, considerando os 3,5 milhões já reservados. Para o **Eixo 6**: Desta-  
 308 que para os recursos já deliberados, sobretudo no montante de 8 mi-  
 309 lhões que podem vir a compor uma linha do novo edital e do recurso



310de 4 milhões, sobre enfrentamento a violência de gênero, pensando  
311em apresentações de propostas por meio do governo e da sociedade  
312civil. **Parecer do CEDCA: Ciente. Apresentação da planilha or-**  
313**ganizada pela SC: EIXO: 1** Direito à Vida e à Saúde - LINHAS DE  
314AÇÃO - 1. Ações para as Lacunas e vazios assistenciais - VALOR R\$  
3151.800.000,00 - FONTE 150 - R\$ 1.568.175,36 284 - R\$ 231.824,64.  
3162. Ações de Prevenção e apoio ao tratamento saúde mental - VALOR  
317R\$ 2.000.000,00 - FONTE 150. 3. Ações para Casas de apoio para  
318tratamento fora do domicílio - VALOR R\$ 1.000.000,00 - FONTE 150  
319| EIXO: 2 Direito à Liberdade ao Respeito e à Dignidade | EIXO: 3 Di-  
320reito à Convivência Familiar e Comunitária - LINHAS DE AÇÃO -  
321Ações que fortaleçam os vínculos das famílias: natural; extensa; aco-  
322lhedora; adotiva. Com ênfase na promoção de saúde mental e enfren-  
323tamento aos impactos da pandemia - VALOR R\$ 2.000.000,00 -  
324FONTE 284 | EIXO: 4 Direito à Educação, à Cultura, ao Esporte e ao  
325Lazer - LINHAS DE AÇÃO - 1. Ações para o Serviço de Convivência e  
326Fortalecimento de Vínculos SCFV, dentro das diretrizes da Tipifica-  
327ção dos Serviços Socioassistenciais - Resolução 109/2009 do Conse-  
328lho Nacional de Assistência Social (CNAS) - VALOR R\$ 5.000.000,00  
329- FONTE 150 - 2.Ações com ênfase em desenvolvimento integral de  
330crianças e adolescentes, incluindo pessoas com deficiência, em situa-  
331ção de rua, em situação de violência, indígenas e de povos e comuni-  
332dades tradicionais - VALOR R\$ 5.000.000,00 - FONTE 150 | EIXO: 5  
333Direito à Profissionalização e à Proteção no Trabalho - Ações de pre-  
334paração para o mundo do trabalho, qualificação profissional e apren-  
335dizagem - VALOR R\$ 5.000.000,00 - FONTE 150 | EIXO: 6 Fortaleci-  
336mento das Estruturas do Sistema de Garantia dos Direitos da Crian-  
337ça e do Adolescente - Ações de fortalecimento da Sociedade Civil  
338para o controle, social. Instrumentalização técnica, melhoria das es-  
339truturas para o exercício de suas atribuições, sensibilização, mobili-  
340zação e capacitação das Redes de Proteção, com a participação de



341crianças e adolescentes - VALOR R\$ 1.069.837,92 - FONTE 284. **TO-**  
 342**TAL R\$ 22.869.837,92. A conselheira Débora Cristina dos Reis**  
 343**(APC)** informou que no momento não se deve discutir como encami-  
 344nhar, somente deve-se de atrelar os valores as linhas. Com a conti-  
 345nuidade do movimento para o planejamento de como será a estrutura  
 346dos próximo editais. **A conselheira Juliana Sabbag (SEJUF)** co-  
 347mentou sobre o trabalho realizado pela câmara com a utilização de  
 348materiais que auxiliaram no estudo e no recorte do mapeamento, tais  
 349como, o material da Fundação Abrinq. Sabe que é preciso aprofundar  
 350a discussão, mas, algumas questões já foram vistas empiricamente,  
 351onde as pautas: segurança alimentar, aumento do trabalho infantil na  
 352pandemia, evasão escolar se mostraram como indicadores nesse mo-  
 353mento, destacando a importância do alinhamento. “O Edital novo  
 354será organizado e composto coletivamente, as deliberações de cunho  
 355governamental também deverão ser apreciadas no conselho. O inte-  
 356resse GOV é compor e construir junto, e deverão ser acolhidas as ob-  
 357servações realizadas. Nosso interesse agora é atendermos juntos os  
 358interesses das crianças e dos adolescentes”, afirmou Juliana. A con-  
 359selheira Débora afirmou que o colegiado precisa pensar nas invisibi-  
 360lidades, e nesse sentido, a câmara de política está conseguindo avan-  
 361çar. **Aprovada a planilha com a realização de uma deliberação**  
 362**específica e a junção das informações GOv e SC na planilha**  
 363**única de Excel para arquivo e acompanhamento do colegiado.**  
 364**3. Projeto Dignidade Menstrual - DAS/SEJUF - Apresentação,**  
 365**coordenadora do DAS - DPSB/SEJUF.** A técnica do DAS/SEJUF,  
 366Ticyana Begnini apresentou os seguintes dados: *Dignidade Menstru-*  
 367*al de Crianças e Adolescentes. Secretária de Estado da Justiça, da*  
 368*Família e do Trabalho (SEJUF). Cooperação: Secretária Estadual de*  
 369*Educação (SEED) e SANEPAR. Caracterização do projeto: ∞O proje-*  
 370*to visa atender crianças e adolescentes que menstruam, em aproxi-*  
 371*madamente 566 escolas estaduais elencadas de acordo com critérios*



372técnicos de priorização, em 219 municípios. ☞Neste recorte são con-  
373templadas 79.370 crianças e adolescentes que menstruam. ☞12 me-  
374ses de projeto - pode ser expandido. Público-alvo: ☞Crianças e ado-  
375lescentes que menstruam, inseridas nas escolas estaduais do Paraná  
376priorizadas. A priorização se dá por alto percentual de inseridos no  
377Programa Auxílio Brasil (PAB). Objetivo geral: ☞Fortalecer a saúde  
378menstrual visando a ampliação do debate dos aspectos culturais, so-  
379ciais e biológicos da menstruação e acesso a condições dignas de  
380menstruação para crianças e adolescentes que menstruam. Objetivos  
381específicos: ☞Desenvolver ações pedagógicas à dignidade humana,  
382com foco na dignidade menstrual; ☞Possibilitar que crianças e ado-  
383lescentes das escolas estaduais elencadas tenham acesso a absor-  
384ventes higiênicos descartáveis; ☞Instrumentalizar as equipes peda-  
385gógicas das escolas estaduais para a proposição de ações setoriais e  
386intersetoriais sobre a saúde menstrual; ☞Atuar pela dignidade mens-  
387trual de todas as crianças e adolescentes com útero, sejam do gêne-  
388ro feminino ou meninos trans. Metodologia de execução: ☞Coopera-  
389ção técnica com a SEED mediante Termo de Cooperação; ☞Coopera-  
390ção técnica com a Sanepar mediante Termo de Cooperação; ☞Licita-  
391ção da compra dos absorventes higiênicos descartáveis; ☞Disponibi-  
392lidade de absorventes higiênicos nas escolas, concomitante ao desen-  
393volvimento de ações pedagógicas sobre saúde menstrual, destacando  
394a dignidade humana e suas relações com fatores biológicos e sociais.  
395Seleção das escolas: Público alvo de crianças e adolescentes do sexo  
396feminino que estão no PAB - que com frequência encontram-se em  
397situações de maior vulnerabilidade; ☞Todas as crianças e adolescen-  
398tes que menstruam da escola priorizada serão atendidas no projeto -  
399foco na não discriminação. ☞A escola poderá ter no máximo 30% de  
400alunos com 18 anos ou mais, já que o recorte do público é de até 17  
401anos. Custo estimado: ☞Parâmetro de 20 a 25 unidades para um ci-  
402clo regular de 4 a 5 dias - dados veiculados em sites sobre o tema.



403 De acordo com projetos apresentados pelo Governo federal, há in-  
404 dicação do valor unitário de R\$ 0,30 para a compra direta do consu-  
405 midor. Com a média de 23 absorventes ao dia, o parâmetros seria  
406 de 6,90 por ciclo, por criança/adolescente. Neste recorte, seria  
407 possível atender escolas com mais de 31% de concentração de públi-  
408 co prioritário, que estariam em 566 escolas estaduais, em 219 muni-  
409 cípios, com um total de 79.370 crianças e adolescentes assistidos,  
410 sendo 31.860 beneficiárias do PAB. Avaliação: Questionário; Veri-  
411 ficar repercussão do projeto junto a SEED, principalmente na inci-  
412 dência sobre a evasão escolar; Levantar dados junto à equipe pe-  
413 dagógica a respeito de modificações na cultura local sobre saúde  
414 menstrual. ABSORVENTE MILI PROTEÇÃO TOTAL COM ABAS.  
415 PCTE C/ 8 UNID. EMBAL. 24x8. S.T. 0,00%. Icms Normal 18,00%  
416 IPI 0,00%. CAIXA R\$ 47.06. PACOTE R\$ 1.96. UNIT. (TIRAS) R\$  
417 0.245. Considerando o valor do orçamento, seria possível atingir 686  
418 escolas, em 250 municípios, com um total de 101.306 crianças e ado-  
419 lescentes beneficiadas. Totalizando um investimento de R\$  
420 6.990.114,00. **A conselheira Juliana Sabbag (SEJUF)** informa que  
421 já foram realizados todos os ajustes de ordem técnica no projeto,  
422 sendo que essa não é uma discussão recente, é uma discussão que já  
423 vem sendo discutida a algum tempo. “Talvez haja um estranhamento  
424 devido ao fato do projeto não ter sido pautado nas câmaras, mas en-  
425 tendendo que a próxima ordinária é só no dia 28 e 29/04, e devido às  
426 restrições das licitações devido ao ano eleitoral, tem bastante urgên-  
427 cia na execução do processo, haja vista as questões relacionadas a  
428 evasão escolar devido inclusive a falta do uso desse item de higiene”,  
429 explicou Juliana. Assim, a proposta já vem com um ofício do secretá-  
430 rio que determinou ao diretor do desenvolvimento social, fosse res-  
431 ponsável pela ação, para que o tramite ocorra com maior celeridade.  
432 **A conselheira Jéssica Dinarte (SESA)** falou da importância do  
433 projeto e que tem uma representante da SESA nesse grupo de traba-



434lho. Existe na SESA uma proposição da organização de um projeto de  
435qualificação da atenção à saúde primária desse público, pois, assim,  
436como em outras políticas, o adolescente acaba sendo invisibilizado,  
437sendo visto somente quando tem uma gravidez precoce ou quando  
438vai para socioeducação. **A conselheira Débora** expos que esse é um  
439tema pertinente que precisa ser debatido no conselho, já foi delibera-  
440do recurso, mas se achou perdida nessa pauta, mas que não com-  
441preendeu a pauta e seu devido encaminhamento, bem como, a rela-  
442ção do projeto e a cooperação técnica com a Sanepar, ressaltando  
443que é preciso seguir um fluxo de acordo com o Regimento Interno.  
444Respondendo, a conselheira Juliana informou que essa discussão vem  
445desde a Del 058/2021, onde foi feita uma reserva de recurso para o  
446enfrentamento de violência de gênero, com ênfase na proposta pelo  
447DAS/SEJUF. Foi organizado também um grupo de trabalho onde o  
448CEDCA foi chamado para participar. Foram feitas algumas adapta-  
449ção, e devido à urgência entendeu-se que já havia elementos sufici-  
450entes para apresentar a proposta nesse mês. Com relação ao Termo  
451com a Sanepar, a técnica Ticyana explicou que a parceria está previs-  
452ta para auxiliar na logística do processo, para diminuição dos custos,  
453e a articulação para entrega nos núcleos. **A conselheira Irês Dami-**  
454**an Scuzziato (Ledi Mass)**, afirmou que, enquanto mulher é favorá-  
455vel ao projeto devido à importância do objeto, onde afirma ter certe-  
456za de que quase todas as mulheres já passaram por essa situação. A  
457conselheira Juliana reforçou que essa gestão vem tentando trazer  
458questões que nunca antes haviam sido deliberadas, tais como a vio-  
459lência de gênero. **A conselheira Alexandra Alves José (EPES-**  
460**MEL)** apresentou duas questões para o colegiado dialogar, uma com  
461relação ao estabelecimento de fluxo disposto no regimento para  
462apresentação dos projetos, mesmo que já tenha destinação de recur-  
463sos, e outra, por que em Fevereiro na Câmara de Garantias foi infor-  
464mado o nº de 2.116 estabelecimentos de escolas de ensino no PR, e o



465projeto está citando apenas 686 escolas. Alexandra falou também,  
466sobre sua “preocupação, onde essa gestão flerta muito com a política  
467de Assistência Social, mas estamos em um conselho de direitos e não  
468de políticas públicas”. Pensa que o colegiado precisa ter clareza que  
469o conselho é para crianças e adolescentes em uma amplitude de di-  
470reito universal. E ainda nesse caso, estamos falando especificamente  
471da vinculação ao um projeto do governo federal. A técnica Ticyana  
472Begnini (DAS) explicou que é conselheira do CEAS e da CIB e para  
473esclarecimentos, ressalta que a distribuição de absorventes não se  
474caracteriza como benefício eventual, assim, não se configura como  
475sendo da Política de Acedência Social. Assim, ele foi projetado dentro  
476de um GT intersetorial. Acredita que o projeto está bem colocado no  
477espaço onde foi disponibilizado o recurso. Com relação ao nº das es-  
478colas estaduais do Paraná, por uma questão de orçamento foi inicia-  
479do por essas, de acordo com o recorte de abrangência do maior nú-  
480mero de adolescentes dentro da faixa etária com condição de vulne-  
481rabilidade. A conselheira Alexandra esclareceu que ela não fez men-  
482ção a essa ação sendo como Benefício Eventual, e sim, a vários ou-  
483tros financiamentos realizados, assim, é preciso que essa pauta seja  
484discutida nas câmaras para o envolvimento inclusive de outros ato-  
485res. **A secretaria executiva do CEDM, Fernanda Marchione** ma-  
486nifestou apoio à aprovação do projeto visto a importância do tema  
487também muito discutido no âmbito do conselho da mulher. **O vice-**  
488**presidente Adriano Roberto dos Santos (CAVANIS)** disse que o  
489colegiado não está aqui para discutir o mérito, mas tem uma preocu-  
490pação quanto ao não seguimento dos tramites regimentais. Nesse  
491sentido, o conselheiro Renann fez uma quanto a obrigatoriedade  
492dos projetos serem apresentados nas câmaras. Um tramite conquis-  
493tado pelo colegiado visto às diversas circunstâncias adversas. A con-  
494selheira **Ângela Mercer (SEED)** apresentou a técnica pedagógica  
495Delvana Lucia de Oliveira, do Departamento dos Direitos Humanos



496que acompanhou todo o processo de construção da proposta, defen-  
497dendo assim, a aprovação do projeto, ressaltando, inclusive, que está  
498sendo analisada a possibilidade da inclusão da previsão de orçamen-  
499to na Educação para dar continuidade nas ações. Na sequência, o  
500conselheiro Renann informou que recuperou a apresentação que foi  
501realizada no CEAS, onde no projeto citava a utilização do recurso do  
502FIA no valor de 04 milhões (Del 058/2021), e recursos provenientes  
503da Sanepar e da Copel para o enfrentamento da violência menstrual.  
504Apresentando dúvidas sobre essa questão do Termo com essas em-  
505presas, solicitando transparência nas informações. A conselheira Juli-  
506ana Sabbag informou que deve ter tido algum equívoco na apresenta-  
507ção realizada no CEAS, por que não tem previsão de recurso da Co-  
508pel e da Sanepar. O que tem são os serviços envolvidos na logística e  
509na distribuição. O que aconteceu após essa reunião foi um aporte re-  
510alizado na extraordinária (Del 06/2022) do FIA Livre, ressaltando que  
511não há recursos da Copel e da Sanepar, e que realmente foi um equi-  
512voco. A presidente Ângela, direcionou o encaminhamento, dizendo,  
513“na condição de militante, mulher, mãe de mulher, é importante reco-  
514nhecer que de fato há essa previsão regimental, entretanto, quero  
515lembrá-los que o rito não pode ser maior que e o mérito, e que o ple-  
516no tem autonomia e condições de debater e aprovar se assim enten-  
517der necessário. Tanto que, já foram aprovados nesse pleno situações  
518extraordinárias, de superior interesse da criança”. Nesse sentido,  
519Ângela ressaltou novamente as preocupações de adiar a aprovação  
520devido aos prazos para os processos licitatórios e o contexto político.  
521Solicitando a aprovação do projeto, uma vez que foram sanadas as  
522dúvidas de um tema que já vem sendo discutido algum tempo e reco-  
523nhecida como importante. Diante do impasse, o colegiado discutiu a  
524possibilidade de aprovar o projeto com a realização ou não de uma  
525análise mais detalhada no período da tarde. A presidente Ângela re-  
526tomou a palavra insistindo na realização da análise, mesmo com o



527prolongamento da reunião, expressando sua preocupação quanto ao  
528tramite de um processo licitatório em um ano eleitoral. A conselheira  
529Alexandra ressaltou que “justamente por estarmos em um período  
530eleitoral o colegiado precisa ser cuidadoso, tendo vista a visibilidade  
531dessa pauta e a forma como ela pode ser explorada”, solicitando o  
532cumprimento do Regimento Interno. O conselheiro Rodrigo Bonfim  
533(HPP) alou sobre o avanço nas discussões, mas afirmou que existem  
534outras preocupações com relação ao mérito que precisam ser apro-  
535fundado, principalmente no que diz respeito ao trabalho intersetorial  
536e na continuidade das ações, entre outras questões que abarcam a  
537questão da saúde e da própria Política de Assistência Social, pois, a  
538“dignidade menstrual é muito maior do que ter ou não ter absorven-  
539te”. Porém, se mostrou preocupado quanto ao censo de urgência,  
540uma vez que a aprovação no final do mês pode fazer toda a diferença  
541para se efetivar ou não uma ação em 2022. A presidente Ângela dire-  
542cionou o encaminhamento para a votação pela aprovação ou não do  
543projeto na plenária, com análise detalhada ainda na data de hoje. A  
544SEC Juliana se preparando para a votação teve a intervenção dos  
545conselheiros que não concordaram com o ato, assim, o vice-presiden-  
546te Adriano solicitou a interrupção da reunião por 10 minutos para  
547uma breve reunião entre a SC. No retorno do intervalo, o vice-presi-  
548dente Adriano informou sobre o pedido de vistas ao processo confor-  
549me dispõe o art. 19 do Regimento Interno. Diante da solicitação e da  
550discussão a respeito do pedido de vistas, uma vez que, devido ao ato  
551não pode mais haver votação, ficando a apreciação do projeto para a  
552próxima reunião, a presidente Ângela também solicitou um intervalo  
553para uma reunião com os GOV, com retorno para após o almoço. Re-  
554tornando no período da tarde, os conselheiros decidiram pela data da  
555próxima reunião, algumas propostas foram apresentadas, mas o cole-  
556giado em atendimento ao regimento interno optou por seguir o ca-  
557lendário previamente agendado, **ficando a análise do projeto para**



558a **reunião das câmaras no dia 28/04 e para a plenária no dia**  
559**29/04**. A presidente Ângela ressaltou aos conselheiros que solicita-  
560ram vistas, que o relatório opinativo sobre o projeto deverá ser en-  
561tregue no prazo de dez dias anteriores à plenária, ou seja, no dia  
562**18/04/2022. Aprovado os encaminhamentos.** Solicitando a pala-  
563vra, o Dr. Anderson Ferreira, que é coordenador do Departamento da  
564OAB que organiza as representações deste órgão nos conselhos de  
565direitos, ressaltou que a questão do cumprimento dos prazos regi-  
566mentais já foi discutido anteriormente no CEDCA, e lembrou que a  
567manifestação da OAB sempre foi a favor desse ato. A presidente Ân-  
568gela agradeceu a participação, informando que apesar dos possíveis  
569prejuízos que podem acarretar o adiamento da aprovação do projeto,  
570o colegiado entendeu sobre o princípio da legalidade, com a defini-  
571ção correta dos prazos. **Confirmação da relação dos conselhei-**  
572**ros da SC que solicitaram o pedido de vistas:** Marcelo Souza- As-  
573sociação Cristã de Assistência Social -ACRIDAS; Maíra Tavares de  
574Oliveira - Associação Franciscana de Educação ao Cidadão Especial -  
575AFECE; Débora Cristina dos Reis Costa - Associação Paranaense de  
576Cultura - APC; Renann Ferreira - Guarda Mirim de Foz do Iguaçu; Ti-  
577ene Milca de Almeida Duarte - Associação Canaã de Proteção a Cri-  
578ança e ao Adolescente; Amanda Querino dos Santos Barbosa - APAE  
579de Santo Antônio da Platina; Alexandra Alves José - Instituto Leonar-  
580do Murialdo; Adriano Roberto dos Santos - Associação Antônio e  
581Marcos Cavanis; João Marcos Palmeira - Associação Amor e Cuidados  
582- AAMEC. Com a **abstenção** da conselheira Irês Damian Scuzziato  
583(Ledi Mass). A presidente Ângela solicitou o registro da manifestação  
584dos conselheiros Gov quanto à preocupação da possível procrastina-  
585ção da execução do projeto e execução dos recursos, sendo eles: Juli-  
586ana Sabbag, Antônio Carlos Dourado, Silvio Renato Fernandes, Soli-  
587mar de Gouveia, Jéssica Luiz Dinarte e Desireé Santiago. Com rela-  
588ção ao pedido de vistas, o conselheiro Dourado apresentou a preocu-



589pação quanto ao formato da elaboração do relatório pelos conselhei-  
590ros da SC que fizeram o pedido, assim, o conselheiro Renann esclare-  
591ceu, que, conforme os anos anteriores, o relatório deverá ser elabora-  
592do individualmente, e não coletivamente. Finalizando a pauta, a téc-  
593nica Ticyana se colocou à disposição para eventuais esclarecimentos  
594durante esse período. **Inclusão de Pauta: Alteração do Plano de**  
595**Trabalho do Hospital Pequeno Príncipe do projeto: Pelo Direi-**  
596**to à Vida III:** A técnica e conselheira Juliana Sabbag esclareceu so-  
597bre o motivo da solicitação de pauta, informando sobre a necessida-  
598de da alteração do plano de trabalho do projeto que já possui o res-  
599gate aprovado, sendo este o terceiro. Informou que não há mudança  
600no mérito, nem no valor que deverá ser resgatado e nem no tempo  
601de execução, sendo que a única mudança é na forma, onde é neces-  
602sária a contrapartida. **Valor da contrapartida:** R\$ 395.679,09 (tre-  
603zentos e noventa e cinco mil, seiscentos e setenta e nove reais e nove  
604centavos), em bens de serviço que será demonstrada a partir do alu-  
605guel do imóvel onde se realiza pesquisa no Hospital”, informou Julia-  
606na. Complementando, entendendo que esse recurso foi captado em  
6072020, autorizado em 2021 e que há urgência no repasse para o bom  
608funcionamento do Hospital, que cumpriu todos os requisitos legais,  
609ela, enquanto técnica já emitiu parecer favorável. A presidente Ânge-  
610la informa que sem pedido de vistas ela não se opõem a aprovação.  
611Sem manifestações contrárias e com a abstenção do conselheiro Ro-  
612drigo Bonfim do HPP, **a proposta foi aprovada.** Encaminhamento:  
613realização da Deliberação com a aprovação da alteração do Plano de  
614Trabalho do projeto “Pelo Direito à Vida III”, da OSC Associação Hos-  
615pitalar de Proteção à Infância Dr. Raul Carneiro, protocolo nº  
61617.999.670-7, no valor de R\$ R\$ 8.207.200,23 (oito milhões, duzen-  
617tos e sete mil, duzentos reais e vinte e três centavos) do Banco de  
618Projetos, e revogação da Deliberação nº 56/2021 - CEDCA/PR. Finali-  
619zando a reunião, a presidente Ângela agradeceu a participação de to-



620dos, e se despediu do conselho após uma caminhada de 03 anos. De-  
621sejando a todos, energia, maturidade pessoal e emocional e saúde,  
622para que o conselho continue operando em prol do superior interessa  
623da criança e do adolescente. Agradeceu o apoio de toda a equipe téc-  
624nica do DPCA e da SEJUF, destacando o esforço da equipe. Falou do  
625encerramento de sua gestão e dos avanços, como, o andamento do  
626OCA e da estruturação do CEDCA, entre outros. O colegiado agrade-  
627ceu e enalteceu a participação da Sra. Ângela Mendonça no  
628CEDCA/PR, reconhecendo todo o excelente trabalho realizado. A  
629mesa diretora encerrou a reunião. A presente ata foi elaborada pela  
630SEC, Juliana Muller, e após a aprovação será publicada no DIOE e  
631disponibilizada no site do CEDCA.

632

633